

Sessão nº 490

Tribunal Pleno

Data da sessão: 07/08/2012

I - Leitura da Ata

II - Leitura de Acórdãos

III - Passagem (Relatórios para Revisão)

IV - Julgamentos Designados

V - Pauta de Julgamentos

VI - Julgamentos em Mesa

1º)Embargos Infringentes e de Nulidade em Ação Rescisória nº 2007.003202-2/0003.00, de Manaus.

Embargante: Coencil - Comércio Importação e

Exportação Ltda.

Advogados: Drs. Clóvis Smith Frota Júnior (3626/AM)

e outros

Embargado: Condomínio Residencial Jardim Itapoã, representado pelo síndico Paulo Said Monassa de Almeida

Embargado: Rogério Salles Perdiz Embargado: Ruy Freire de Carvalho

Engeco Engenharia e Construções **Embargado:** Ltda, representada por seus sócios Maury do Nascimento Guerreiro e José Porfírio Chagas Saldanha

Advogado: Dr. Saul Rogério Ramos de Athayde

(3264/AM)

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da

Costa.

Exmo. Sr. DES. FLÁVIO HUMBERTO Relator:

PASCARELLI LOPES.

Exmo. Sr. Des. Luiz Wilson Barroso Revisor:

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das

Chagas Santiago da Cruz.

*Há sustentação oral. Peticionante: Coencil - Comércio Importação e Exportação Ltda.

Adiado: ausência justificada do Relator.

2º)Incidente de Uniformização de Jurisprudência em

Apelação Cível nº 2009.003794-9/0001.00, de Manaus. **Suscitante:** Desdor. Cláudio César Ramalheira

Roessing.

Presidente e Relator: Exmo. Sr. Des. Exmo. Sr. Des. Ari

Jorge Moutinho da Costa.

Impedido: Des. João Mauro Bessa - fls. 93/108.

Adiado: para ser julgado com a composição completa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS TRIBUNAL PLENO

3°)Incidente de Uniformização de Jurisprudência em Apelação Cível n° 2010.001575-8/0001.00, de Manaus.

Suscitante: Desdor. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Presidente e relator: Exmo. Sr. Des. Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa.

Adiado: para ser julgado com a composição completa.

4°) Mandado de Segurança nº 2010.006165-2, de Manaus. Impetrante: Sindicato dos Trabalhadores de Justiça do Estado do Amazonas/ Sintjam.

Advogados: Drs. Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM) e outro.

Impetrado: Exmo. Sr. Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa.

Relator: Exmo. Sr. DES. CLÁUDIO CÉSAR RAMALHEIRA ROESSING.

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.

<u>Averbaram-se suspeitos:</u> Des. Paulo Cesar Caminha e Lima (fls. 149). Des. Aristóteles Lima Thury (fls. 153) e Des^a. Carla Maria Santos dos Reis (fls. 156).

Vista ao Des. Ari Jorge Moutinho da Costa (03.07.2012).

Adiado: ausência justificada do Relator.

5°) Denúncia nº 2011.005742-9 - São Gabriel da

Cachoeira.

Denunciante: Ministério Público do Estado Procurador: Dr. Francisco das Chagas Santiago

Denunciado: Pedro Garcia - Prefeito de São Gabriel

da Cachoeira

Advogado: Dr. José de Oliveira Barroncas (1737/AM)
Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da

Costa

Relator: Exmo. Sr. DES. DJALMA MARTINS

DA COSTA

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.

<u>Assunto</u>: Deliberação acerca do recebimento da Denúncia. <u>Adiado</u> a pedido do Relator (31.07.2012).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS TRIBUNAL PLENO

6°) Denúncia nº 2011.005731-9, de Caapiranga.

Denunciante: Ministério Público do Estado

Procurador: Dr. Francisco das Chagas Santiago Cruz

(1256/AM)

Denunciado: Antonio Ferreira Lima, Prefeito

Municipal de Caapiranga

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da

Costa

Relator: Exmo. Sr. DR. ELCI SIMÕES DE

OLIVEIRA.

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.

Assunto: Deliberação acerca do recebimento da Denúncia.

Voto do Relator: pelo recebimento da denúncia.

<u>Antec. voto com o Relator</u>: Des. Luiz Wilson Barroso, Des. <u>Paulo Cesar Caminha e Lima, Des. Rafael de Araújo</u> <u>Romano, Des^a Carla Maria Santos dos Reis</u> e <u>Des. Jorge</u> Manoel Lopes Lins.

Impedido: Des. Yedo Simões de Oliveira.

Adiado vista ao Des. Domingos Jorge Chalub Pereira

(31.07.2012).

7°)Mandado de Segurança n° 2011.005923-4

Impetrante: Sibyl Vane Fonseca das Neves

Advogada: Dra. Luciana P. de M. Rego Figueiredo

(2819/AM)

Impetrado: Tribunal de Contas do Estado do

Amazonas.

LitsPass: Estado do Amazonas

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da

Costa

Relator: Exmo. Sr. DES. DJALMA MARTINS

DA COSTA.

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz.

Assunto: Indenização de férias não usufruídas.



8°) Mandado de Segurança nº 2011.003826-1, de Manaus.

Impetrante: Auricélia Alves Fernandes

Def. Púb.: Dr. Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)

Impetrado: Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de

Contas do Estado do Amazonas.

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da

Costa

Relator: Exmo. Sr. DES. YEDO SIMÕES DE

OLIVEIRA

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das

Chagas Santiago da Cruz.

Assunto: Cassação de aposentadoria.

9°)Denúncia nº 2011.005740-5, de Novo Airão.

Denuncite: Ministério Público do Estado

Procurador: Dr. Francisco das Chagas Santiago Cruz

(1256/AM)

Denunciado: Leosvaldo Roque Miguez - Prefeito de

Novo Airão.

Advogados: Drs. Antonio das Chagas Ferreira Batista

(4177/AM) e outros

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da

Costa

Relatora: Exmo. Sr. DES^a CARLA MARIA

SANTOS DOS REIS

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das

Chagas Santiago da Cruz.

Assunto: Deliberação acerca do recebimento da Denúncia.



ADMINISTRATIVOS

Processo Administrativo nº 2011.004703-3.

Requerente: Suyen Tabosa dos Reis

Advogado: Dr. Samuel Cavalcante da Silva (OAB/AM

3260)

Presidente: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa Relator: Exmo. Sr. DES. YEDO SIMÕES DE

OLIVEIRA.

Procurador Geral de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das

Chagas Santiago da Cruz.

Assunto: Reenquadramento.

Impedido: Des. João de Jesus Abdala Simões.

Averbou-se de suspeito: Des. Ari Jorge Moutinho da Costa.

<u>Adiado</u> vista ao Des. Domingos Jorge Chalub Pereira (31.07.2012).

RESOLUÇÃO QUE REGULAMENTA A DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS NOS CASOS DE TRANSFERÊNCIA DE CÂMARAS ENTRE DESEMBARGADORES NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N° 150 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.